

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

RAYANE SELES DOS SANTOS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Desafios e estratégias para promover a inclusão de
estudantes com deficiências em ambientes educacionais

Codó/MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Seles dos Santos, Rayane.

Educação Inclusiva : desafios e estratégias para promover a inclusão de estudantes com deficiência em ambientes educacionais / Rayane Seles dos Santos. - 2025. 55 p.

Orientador(a): Kelly Almeida de Oliveira.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, Google Meet, 2025.

1. Educação Inclusiva. 2. Sala de Recursos. 3. Educação Básica. 4. Timbiras/ma. I. Almeida de Oliveira, Kelly. II. Título.

RAYANE SELES DOS SANTOS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Desafios e estratégias para promover a inclusão de
estudantes com deficiências em ambientes educacionais

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
em Pedagogia da Universidade Federal do
Maranhão como requisito necessário para receber
o título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Almeida de Oliveira

Codó/MA
2025

RAYANE SELES DOS SANTOS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Desafios e estratégias para promover a inclusão de
estudantes com deficiências em ambientes educacionais

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
em Pedagogia da Universidade Federal do
Maranhão como requisito necessário para receber
o título de licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kelly Almeida de Oliveira
Orientadora

Profa. Ma. Heloisa Helena da Silva Ferreira (UFMA)

1º Avaliadora

Profa. Ma. Tercília Mária da Cruz Silva (UFMA)
2º Avaliadora

RESUMO

Esta pesquisa tematiza a Educação Inclusiva, evidenciando desafios e estratégias para promover a inclusão de estudantes com deficiências em ambientes educacionais. Para tanto, definimos como questão de pesquisa: quais os desafios e estratégias para promover a inclusão de estudantes com deficiências em ambientes educacionais? Desta forma, o objetivo é analisar os desafios e estratégias para promover a inclusão de estudantes com deficiências em ambientes educacionais. Para composição do referencial teórico, adotamos estudos sobre a educação e a Educação Inclusiva, suas conceituações, panorama nacional e diretrizes legais, Libâneo (1985, 2018), Mantoan (2015), Mazzotta (2017) e Paulo Freire (2013, 2019). Como metodologia, optamos pela pesquisa qualitativa, com etapas bibliográfica e de campo. Os resultados indicam que existem desafios para implementação da Educação Inclusiva, como infraestrutura física, formação de educadoras/es, etc.; e estratégias para sua efetivação, como: salas de suporte, adaptações curriculares, etc.). Por fim, concluímos que a inclusão vai além da matrícula, é preciso garantir qualidade no ensino com profissionais qualificadas/os e infraestrutura adequada.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Sala de recursos; Educação Básica; Timbiras/MA.

ABSTRACT

This research addresses inclusive education, highlighting challenges and strategies for promoting the inclusion of students with disabilities in educational settings. To this end, we defined the following research question: What are the challenges and strategies for promoting the inclusion of students with disabilities in educational settings? Thus, the objective is to identify the challenges and strategies for promoting the inclusion of students with disabilities in educational settings. To compose the theoretical framework, we adopted studies on education and inclusive education, their conceptualizations, national panorama, and legal guidelines, as Libâneo (1985, 2018), Mantoan (2015), Mazzotta (2017) e Paulo Freire (2013, 2019). As a methodology, we opted for qualitative research, with bibliographic and fieldwork phases. The results indicate challenges to implementing inclusive education, such as physical infrastructure, educator training, etc.; and strategies for its implementation, such as support rooms, curricular adaptations, etc.). Finally, we conclude that inclusion goes beyond enrollment; it is necessary to ensure quality teaching with qualified professionals and adequate infrastructure.

Keywords: Inclusive Education; Resource Room; Basic Education; Timbiras, Maranhão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	9
2.1 A escola no desenvolvimento da pessoa	11
2.2 Educação e inclusão	14
2.3 Escolas Inclusivas	17
3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIRETRIZES LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL	22
3.1 A Educação Inclusiva no Brasil	22
3.2 Diretrizes e Bases da Educação Especial e Inclusiva no Brasil	25
4 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS EM AMBIENTES EDUCACIONAIS	33
4.1 Sala de recursos do município de Timbiras	33
4.2 Desafios de implementação da Educação Inclusiva	39
4.3 Estratégias de implementação da Educação Inclusiva	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
<u>REFERÊNCIAS</u>	49
<u>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO À GESTORA</u>	54
<u>APÊNDICE B – TERMO DE CONCORDÂNCIA DO LOCAL DA PESQUISA</u>	55

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o termo inclusão tem sido constantemente abordado, no meio educacional. Frente a essa perspectiva, o requerido trabalho aborda os desafios e estratégias de promoção da inclusão de estudantes com deficiências em ambientes educacionais.

Debater sobre o processo de inclusão de estudantes na rede escolar gera inúmeras discussões, pois a sociedade ainda se encontra presa à concepção de que esse público pertence a uma classe que não necessite ou precise do acesso à educação.

Apesar de ser uma temática já existente na sociedade e no mundo há tanto tempo, a mesma teve um enfoque maior no Brasil logo após a aprovação da Lei de inclusão da pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, na qual foi decretado o direito das pessoas com deficiências, garantindo o acesso a educação, saúde, trabalho, entre outros.

O direito à educação a todos está garantido na Constituição de 1988, porém essa garantia às pessoas com deficiência tem sido tardia. Observamos que nem todas as escolas estão preparadas para acolher e proporcionar um ensino conforme as deficiências desse público. É por esta razão que este trabalho se justifica considerando que a Educação Inclusiva é de fundamental importância para sua formação e desenvolvimento.

Assim, este trabalho tem como questão-problematizadora: quais os desafios e estratégias para promover a inclusão de estudantes com deficiências em ambientes educacionais em Timbiras/MA? Como objetivo geral, temos: os desafios e estratégias para promover a inclusão de estudantes com deficiências em ambientes educacionais em Timbiras/MA. Os objetivos específicos são: discorrer sobre os conceitos de educação e de Educação Inclusiva; elencar as legislações nacionais sobre a Educação Inclusiva; apresentar a sala de recurso do município de Timbiras/MA.

A metodologia adotada para este estudo é qualitativa, considerando que esta tem características mais complexas e não-quantificáveis, como o comportamento, as expressões, os sentimentos (Gil, 2022). Em relação aos procedimentos para coleta de informação, adotamos a bibliográfica e a de campo. Para Boccato (2006, p. 266 apud Sousa *et al.*, 2021, p. 67) a pesquisa bibliográfica “busca a resolução de um

problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científica”. Já para Lakatos; Marconi (2017, p. 183), ela “propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Para a construção dos dados também foi realizada uma etapa de campo de caráter exploratório, objetivando analisar os desafios e estratégias de inclusão de alunos com deficiência em uma escola publica, o Centro de Ensino Infantil Diva Corvelo, localizado na cidade de Timbiras/MA.

No dia 09 de junho de 2025, em visita à escola, recebemos a autorização da gestora da escola para realizar o questionário e registrar imagens da sala de estudo. O questionário foi realizado no dia 10 de junho de 2025, direcionada à gestora. O questionário encontra-se em apêndice a este estudo, e as perguntas e respostas foram a base para a elaboração do último capítulo.

O referencial teórico foi elaborado tendo como principais teóricos Libâneo (1985, 2018), Mantoan (2015), Mazzotta (2017) e Freire (2013, 2019), devido à grande contribuição que eles/elas têm na discussão da educação nacional.

Diante do exposto, este estudo está organizado em cinco seções, sendo, a primeira esta introdução que apresenta os principais tópicos a serem discutidos. Na segunda, temos uma análise dos conceitos de educação e Educação Inclusiva, além de uma reflexão sobre as características e práticas das escolas inclusivas, que desempenham um papel crucial nesse contexto educacional. Na terceira seção é abordada a Educação Inclusiva no Brasil, com ênfase nas legislaturas e diretrizes nacionais que estão diretamente relacionadas à educação especial e inclusiva, evidenciando a importância de um ambiente educacional que acolhe a diversidade.

Na quarta seção é apresentada uma discussão **aprofundada** acerca dos **muitos** desafios enfrentados, bem como das **diversas** estratégias de implementação da Educação Inclusiva nas escolas. O texto destaca, em especial, a sala de recursos que está em pleno funcionamento no município de Timbiras/MA, ressaltando sua importância e impacto na comunidade escolar. Por último, nas considerações finais, é feita uma reflexão crítica sobre tudo o que foi abordado nos diversos tópicos desenvolvidos ao longo deste trabalho.

2 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação é um processo multidimensional que abrange e envolve todas as esferas da vida, incluindo as relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Dessa maneira, ela incentiva a visualização do mundo ao redor como um elemento crucial nesta mediação, propondo um processo reflexivo acerca da realidade existencial de cada pessoa. Além disso, articula essa realidade com os motivos mais profundos e intensos que permeiam os acontecimentos vividos por cada um.

A educação transcende o mero ato de provocar um impacto formativo sobre as pessoas, visando prepará-las para viver em sociedade. Por isso, deve estar profundamente fundamentada em uma esperança autêntica. Segundo Paulo Freire, isso é absolutamente essencial:

[...] que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos [...] abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica (Freire, 2019, p. 1).

Assim, a educação precisa incentivar a formação de um ser humano completo, promovendo seu progresso em todas as diferentes dimensões de sua experiência de vida. É essencial que essa formação leve à criação de indivíduos capazes de refletir sobre sua própria identidade e se envolver ativamente em sua narrativa existencial, uma vez que, “[...] todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje [...]. Temos de saber o que fomos, para saber o que seremos” (Freire, 2013, p. 33).

A educação é vista como um ato fundamental e transformador que permite às pessoas explorarem e cultivarem suas potencialidades, capacitando-os a prosseguir com seu próprio aprendizado, ou seja, “é uma forma de intervenção no mundo” (Freire, 2019, p. 11). Essa intervenção é uma das condições essenciais para que a pessoa se desenvolva como um ser autônomo e pleno. Dessa forma, percebemos que a natureza humana é dinâmica e pode ser desenvolvida por meio da educação.

O ser humano nasce primordialmente como um ser biológico; no entanto, torna-se verdadeiramente humano por meio do processo educativo, que acontece através de suas interações com o ambiente cultural que o cerca. Quando

compreendida em seu aspecto mais amplo, a educação é uma ação que provoca um impacto formativo significativo. Acerca disto, Debesse; Mialaret (1974, p. 17) asseveram que:

A educação consiste em favorecer o desenvolvimento tão completo quanto possível das aptidões de cada pessoa, a um tempo como indivíduo como membro de uma sociedade regida pela solidariedade. A educação é inseparável da evolução social, constitui uma das forças que a determina.

Assim, a educação pode promover a trajetória de construção do saber, estimulando tanto a criticidade quanto uma reflexão profunda. A análise realizada neste estudo demonstra que a educação exerce um papel absolutamente crucial na formação ética e moral do ser humano. Além disso, ela orienta o indivíduo em direção à autonomia e permite que os valores e saberes culturalmente gerados sejam compartilhados entre gerações, estabelecendo um vínculo entre diferentes épocas e experiências.

Educar (em latim, é *educare*) é conduzir de um estado a outro, é modificar numa certa direção o que é suscetível de educação. O ato pedagógico pode, então ser definido como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais, tanto ao nível intrapessoal, quanto ao nível da influência do meio, interação essa que se configura numa ação exercida sobre sujeitos ou grupos de sujeitos visando provocar neles mudanças tão eficazes que os torne elementos ativos desta própria ação exercida (Libâneo, 1985, p. 97).

Assim, a formação humana resulta de um ato intencional significativo, que transforma o ser biológico em algo completamente diverso, sendo este um ser que se integra a uma cultura rica e complexa. Essa transformação é o que se chama de educação.

Já a Educação Inclusiva é estabelecida como um direito humano fundamental e constitui a base para a sociedade mais justa que almejamos, pois promove a plena participação de pessoas com deficiência na comunidade em geral. O conceito de Educação Inclusiva envolve todo o empenho e os processos destinados à integração de indivíduos com deficiências ou dificuldades de aprendizagem nas instituições de ensino, abrangendo todos os níveis educacionais disponíveis (Kliemann; Teixeira; Machado, 2024).

A Educação Inclusiva simboliza uma autêntica mudança em direção a uma sociedade mais acolhedora, sendo um processo que busca aumentar a participação de todos as/os estudantes nos ambientes de ensino. Essa abordagem requer uma

reestruturação significativa da cultura escolar, das metodologias de ensino e das políticas educacionais direcionadas às instituições, para que possam realmente refletir e responder a diversidade existente. Trata-se de uma proposta essencialmente humanística e democrática, que valoriza o indivíduo em suas especificidades, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal, a realização individual e a integração social de todos as/os membras/os da comunidade escolar. Nesse sentido,

A Educação Inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas (Stainback; Stainback, 1999, p. 21).

Martins *et al.* (2011, p. 19) observam que existe um “movimento que busca repensar a escola, para que deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, para que a escola da discriminação dê lugar à escola aberta a todos”. No mesmo sentido, Mantoan (2015, p. 19) afirma de forma clara que o elemento mais significativo na noção de inclusão escolar é que “todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular”.

2.1 O papel da escola no desenvolvimento humano

A escola exerce uma função essencial na sociedade ao favorecer a socialização das novas gerações. Seu objetivo é proporcionar a esses jovens o acesso ao vasto conjunto de saber que foi acumulado ao longo da história da humanidade. Além de incentivar essa aprendizagem, a escola precisa relacionar esse conhecimento com a realidade contemporânea, ajudando na formação e na apropriação do capital simbólico. Dessa forma, ao compreender a realidade que as pessoas experimentam, elas se tornam capazes de se apropriar do conhecimento e, portanto, de modificar suas próprias circunstâncias.

No entanto, Souza (2008) argumenta que, na contemporânea Política Educacional, tanto a escola quanto os profissionais da educação precisam, para que possam cumprir efetivamente sua função social, não só possuir competência, mas também agir de forma eficiente e autônoma. Isso envolve trabalhar com o currículo, aprofundar-se no saber e elaborar seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), sempre

em diálogo com as várias esferas da sociedade, além de colaborar com aquelas/es que demonstram interesse nas questões educativas.

Assim, é evidente que a escola se destaca como uma das instituições sociais mais significativas, pois reúne, em um mesmo ambiente, diversas pessoas, cada uma com suas particularidades e diferentes desafios sociais. Neste espaço, busca-se tratar e abordar essas questões de forma a garantir os direitos de todas/os. Conforme a pesquisa de Santos (2011), um dos principais desafios enfrentados pela escola é a relação entre o conteúdo educacional e a realidade social das/os estudantes. Essa conexão é essencial, uma vez que é fundamental para a/o educador/a entender a realidade da/o estudante, contemplando suas necessidades, aspirações, dificuldades e o contexto social em que ela/e se encontra.

A escola foi consolidada como uma instituição social de grande importância, e sua função primordial é facilitar a aprendizagem e ajudar no desenvolvimento das habilidades das pessoas. Conforme mencionado por Oliveira (2014), esse ambiente se transforma em um espaço adequado para que as/os estudantes atuem de forma produtiva, já que na sala de aula acontecem momentos e atividades programadas com objetivos definidos, além de outras que se distinguem pela informalidade e são influenciadas pela interação das/os estudantes com o contexto social que as/os cercam.

No contexto educacional, as atividades de ensino formais são valorizadas e consideradas fundamentais para o aprendizado e o desenvolvimento das/os estudantes. Nesse ambiente, é crucial reconhecer a totalidade das/os estudantes, levando em consideração os diversos padrões culturais, cognitivos, sociais, históricos e emocionais que as/os influenciam. Assim, o conhecimento que elas/es trazem de casa pode ser incorporado pela escola, servindo como mediadores na construção dos saberes científicos ensinados.

Sacristán; Gómez (2017), ao abordarem a finalidade primordial da escola e suas funções sociais, afirmam que essa instituição deve oferecer às pessoas não apenas, nem sobretudo, conhecimentos, ideias, habilidades e capacidades formais, mas também, disposições, atitudes, interesses e padrões de comportamento. Eles ressaltam ainda que o objetivo principal da escola é a socialização das/os estudantes, preparando-as/os para inserção no mercado de trabalho, transformando-as/os em pessoas produtivas e aptas a se integrarem plenamente à

vida adulta e cívica, contribuindo assim para a formação de cidadã/os engajadas/os e conscientes.

Szymanski (2010) salienta que uma das principais metas da escola no século XXI é incentivar o potencial das/os estudantes, levando em conta as diversidades socioculturais, buscando a aquisição de conhecimentos e um desenvolvimento abrangente. Neste cenário, a educação atual deve, como defende Silva (2015), promover o crescimento integral das pessoas, abrangendo não apenas aspectos cognitivos e morais, mas também o desenvolvimento físico e das personalidades, fomentando uma consciência cidadã e a habilidade de agir eficazmente na sociedade. Esse processo demanda a promoção de uma aprendizagem contínua, que ofereça às/aos estudantes diversas maneiras de aprender. Além disso, é necessário implementar atividades que estejam interligadas aos domínios cognitivo, motor, social e afetivo, de maneira integrada ao percurso de vida de cada pessoa.

Assim, enfatiza-se a importância fundamental que a escola exerce na formação social das pessoas, destacando também o quanto essa instituição tem se preparado para assumir crescentemente a responsabilidade de guiar suas/eus estudantes em direção à vida.

A aprendizagem desempenha um papel crucial como um motor que impulsiona o desenvolvimento pessoal e social. Por isso, um dos principais desafios que as instituições de ensino enfrentam consiste em transformar o ambiente escolar em um espaço que favoreça o aprendizado, onde a escola deixe de ser apenas um local formalizado e se torne um espaço de encontro com o conhecimento e de descobertas de maneira agradável e eficaz (Libâneo, 2018).

Nesse cenário, Saviani (2011) argumenta que a educação deve ser considerada como um instrumento, um meio ou uma via pela qual o ser humano se torna pleno, assimilando a cultura. Assim, é um dever fundamental do Estado assegurar uma educação de qualidade, pois esta é a base vital de toda a estrutura social. As pessoas que se reúnem no ambiente educacional trazem uma variedade de questões e conflitos sociais que, por meio de processos educativos, podem ser abordados e solucionados. Isso proporciona aos cidadãos uma oportunidade valiosa de transformar o contexto socioeconômico em que se encontram. Conforme expressa Saviani (2011, p. 6):

O direito de todos à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa. Para superar a situação de opressão, própria do "Antigo Regime", e ascender a um tipo de sociedade fundada no contrato social celebrado "livremente" entre os indivíduos, era necessário vencer a barreira da ignorância. Só assim seria possível transformar os súditos em cidadãos, isto é, em indivíduos livres porque esclarecidos, ilustrados.

Certamente, a educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, o que significa que a responsabilidade não se limita apenas ao Estado. A família e a sociedade desempenham um papel fundamental na defesa desse direito. A escola, por sua vez, tem a responsabilidade social de assegurar que todas/os se tornem pessoas críticas, conscientes e autônomas. O intuito vai além de simplesmente capacitá-las/os para o mercado de trabalho; busca-se também formar cidadã/ãos que saibam conviver em sociedade e questionar a realidade ao seu redor, superando a simples inserção no mundo laboral.

O sistema educacional enfrenta um considerável desafio ao tentar alinhar o conteúdo a ser ensinado nas salas de aula com a realidade das/os estudantes, que inclui seu contexto social, suas necessidades e suas diferentes dificuldades. Essa tarefa tem se mostrado bastante complicada para professoras/es, diretoras/es e outras/os membras/os da instituição, especialmente porque muitas/os delas/es carecem da formação, do conhecimento e das habilidades necessárias para lidar de forma eficaz com as questões decorrentes dos problemas sociais, pessoais e psicológicos enfrentados pelas/os estudantes. Portanto, é fundamental buscar a colaboração de profissionais especializados em suas respectivas áreas, para fazer parte da equipe e contribuir de maneira eficaz para o progresso da aprendizagem (Faleiros, 2013).

Para que a aprendizagem se desenvolva de forma eficaz, é fundamental que a escola entenda a fundo a realidade social de suas/eus estudantes e, com base nessa compreensão, busque ativamente soluções que fortaleçam as interações entre o contexto social, pessoal e familiar de cada estudante.

2.2 Educação e inclusão

Os debates sobre inclusão iniciaram na segunda metade da década de 1980 em vários países e, gradualmente, ganhou força nos países em desenvolvimento na

década de 1990, estendendo-se até o presente. Assim, o princípio da Educação Inclusiva foi oficialmente introduzido durante a Conferência Mundial sobre Educação de Necessidades Especiais, ocorrida em Salamanca em 1994. Este conceito estabelece que as escolas devem ser espaços acolhedores para todas as crianças, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou de outros aspectos relevantes. Isso inclui a integração de crianças com habilidades excepcionais; aquelas que vivem em situação de rua e precisam trabalhar para subsistir; crianças de comunidades remotas ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais; assim como aquelas pertencentes a grupos e regiões que enfrentam vulnerabilidade ou marginalização. (Dutra; Santos, 1997, p. 17-18 *apud* Lima Filho; Ferreira, 2018, p. 154)

A palavra “inclusão” deriva do latim, do termo “*includere*”, que transmite a noção de entender e integrar; envolve a ideia de conter, incluir, alternar e introduzir, além de, de maneira mais abrangente, fazer parte de algo, conviver com outros e integrar um grupo. A inclusão é um processo contínuo e progressivo, que se resume à cooperação e solidariedade, respeito pelas diversidades, comunidade, valorização das diferenças, melhoria para todos e pesquisa reflexiva (Sanchez, 2005). Seu objetivo é construir uma sociedade que reconheça e valorize a diversidade humana, fundamentada nos princípios de solidariedade e respeito às diferenças que enriquecem a convivência. (Sassaki, 2010)

De acordo com Kliemann; Teixeira e Machado (2024), a Educação Inclusiva é vista como um direito essencial e crucial para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e equitativa. Esse conceito visa garantir que todas as pessoas, independentemente de suas variadas características pessoais ou das circunstâncias sociais em que se encontram, tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver de maneira completa. Segundo Sassaki (2010, p. 41):

Inclusão é: um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Assim, incluir significa assegurar ao estudante com deficiência o direito fundamental à educação, um direito que é sustentado por normas específicas e deve

ser refletido em um ensino de alta qualidade para todas/os. Além disso, é necessário ampliar os serviços e recursos voltados à Educação Especial, com o objetivo de promover o desenvolvimento das habilidades das/os estudantes, considerando as necessidades específicas que sua deficiência traz. Para Ferreira (2005, p. 44):

A inclusão envolve: [...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor.

Assim, os conceitos discutidos por Vigotski (2022, p. 74) sobre a educação, especialmente dirigida a indivíduos com deficiências, são considerados inovadores. Ele declara: “[...] o defeito por si só não decide o destino das pessoas, mas as consequências sócias e sua realização sociopsicológica [...]”. Assim, Vigotski sublinha que uma pessoa com deficiência tem o potencial para se desenvolver integralmente, desde que esteja em um ambiente social que promova essa progressão.

A sociedade será capaz de alcançar um patamar mais elevado de justiça e equidade conforme se tornar mais inclusiva, tendo as escolas como as organizações mais equipadas para enfrentar comportamentos discriminatórios. Essas instituições desempenham um papel crucial na formação de comunidades acolhedoras e solidárias, ao mesmo tempo em que ajudam a construir uma sociedade que valoriza a inclusão, assegurando uma educação de qualidade que esteja ao alcance de todas/os.

Neste debate, é crucial destacar o pensamento de Mantoan (2015), que aponta um avanço significativo na percepção da educação como um direito universal, assegurado na escola. A Educação Especial, sob a ótica inclusiva, se apresenta como uma poderosa força mobilizadora, desempenhando um papel vital na realização de uma escola que receba todas/os, sem qualquer tipo de exclusão ou discriminação, independentemente de sua origem. No entanto, a autora provoca uma reflexão importante ao questionar o acesso à educação como garantia de inclusão.

Na Educação Inclusiva, é a instituição que deve se adaptar às particularidades e necessidades das/os estudantes, buscando não apenas a sua permanência, mas também o seu pleno desenvolvimento. Embora as políticas

educacionais marquem um passo inicial importante nesse cenário, elas não garantem, isoladamente, uma educação genuinamente inclusiva. A verdadeira inclusão na educação requer uma alteração nas práticas pedagógicas nas escolas e uma mudança na cultura educacional, que, muitas vezes, mesmo com discursos de inclusão, continua a perpetuar a exclusão, ao invés de promover a inclusão efetiva de estudantes com deficiência no ambiente escolar.

Outro autor que discute essa questão é Skliar (2013), que, ao desenvolver suas considerações sobre a Educação Inclusiva nas instituições de ensino, ressalta que a exclusão da Educação Especial do debate educacional é uma evidência clara de discriminação. Diante dessa situação, é crucial reconhecer que a questão vai além de assegurar o direito à educação para pessoas com deficiências; é necessário fomentar uma discussão que ilumine “uma educação plena, significativa, justa, participativa; sem restrições impostas pela benevolência e a caridade; sem obsessão curativa da medicina [...]” (Skliar, 2013, p. 10). Isso requer evitar a análise da Educação Especial a partir da perspectiva das crianças consideradas “normais”, promovendo, portanto, uma reflexão mais inclusiva e abrangente. Nesse sentido, observa-se que a citação direta destaca a importância de superar visões limitadas. Essas considerações são fundamentais ao se discutir sobre a inclusão escolar, especialmente porque a Educação Especial, apesar de todo o intenso debate gerado nas últimas décadas, ainda é baseada em um modelo médico. Nesse paradigma, as pessoas costumam ser percebidas mais por suas limitações e deficiências, ao invés de concentrarem esforços na reeducação e nas capacidades que podem ser potencializadas.

2.3 Escolas Inclusivas

A escola desempenha um papel crucial e significativo no desenvolvimento humano, servindo como um dos principais locais de socialização durante as fases iniciais da formação das pessoas, como vimos relatando até aqui. É nesse contexto que as crianças começam a interagir e se familiarizam com a diversidade ao seu redor. Todas as crianças, incluindo aquelas com deficiências, têm o direito inalienável ao acesso igualitário e à permanência na escola, assegurado sem qualquer forma de discriminação. Este princípio fundamental está estabelecido em

nossa Constituição desde 1988, evidenciando o compromisso do Estado brasileiro com a inclusão.

A escola inclusiva se define por assegurar um ensino de qualidade a todas/os, reconhecendo e valorizando a diversidade das identidades e condições. Essa abordagem busca atender cada estudante de maneira específica, considerando suas particularidades e necessidades individuais. O objetivo central é integrar todas as crianças sem discriminação, visando potencializar o desenvolvimento de suas habilidades.

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada (Brasil, 1998, p.17).

Segundo Piaget (2012), é fundamental que as instituições educacionais se adaptem à realidade das/os estudantes, proporcionando oportunidades que permitam um desenvolvimento integral e uma vida gratificante. Nesse contexto, para garantir a inclusão de todas/os, é vital que as escolas passem por modificações, reconhecendo a necessidade de atender às diversas demandas das/os estudantes. A declaração de Salamanca de 1994, afirma que:

As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo (Unesco, 1994).

Diante desse cenário, recai sobre as instituições de ensino a significativa responsabilidade de eliminar práticas discriminatórias, criando um ambiente verdadeiramente aberto e acessível, enquanto promovem uma educação de excelência e inclusiva a todas/os. Dessa forma, a Declaração de Salamanca, lançada em 1994, destaca que

as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas deve-se adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades (Unesco, 1994).

É essencial que a escola se adapte à realidade das/os estudantes, fundamentando-se em uma abordagem pedagógica que satisfaça as necessidades específicas das/os estudantes com deficiências. Neste processo de inclusão, diversas questões precisam ser levadas em conta para garantir um atendimento de qualidade a essas/es estudantes, como, por exemplo: a formação contínua das/os educadoras/es, a adequada preparação da comunidade escolar, o desempenho cognitivo das/os estudantes, as adaptações curriculares necessárias, a infraestrutura escolar, entre outros aspectos que desempenham um papel crucial na permanência dessas/es estudantes na escola. Assim,

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais não implica apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. Por inclusão, em seu sentido mais amplo, entende-se a cidadania, direitos e obrigações civis e políticas que todos os membros de uma sociedade deveriam ter, não apenas formalmente, mas como realidade de suas vidas. (Coelho, 2011, p. 79).

É urgente realizar uma reforma abrangente nas instituições de ensino para garantir uma educação de qualidade que seja inclusiva e livre de qualquer forma de discriminação. A/O estudante com deficiência não deve ser apenas “colocado” na sala de aula, relegado a um “cantinho” afastado. É vital que ela/e se envolva ativamente nas interações com as/os colegas, permitindo a exploração e o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, contribuindo, portanto, para um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Constata-se, portanto, que a construção de uma escola inclusiva implica em transformações no contexto educacional: transformações de ideias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didático-pedagógico. O processo de mudança tem um ponto decisivo por onde iniciar: a construção do projeto político-pedagógico da escola (Brasil, 2004, p. 9).

Cabe às instituições de ensino desenvolver seus projetos político-pedagógicos, guiados por um firme compromisso com a educação e por políticas inclusivas, visando assegurar um desenvolvimento educacional integral e amplo para todas/os as/os estudantes. A inclusão demanda uma transformação

profunda nos paradigmas, conceitos e hábitos que precisam ser superados para que esse processo se torne efetivo. Segundo o Ministério da Educação:

O projeto político-pedagógico de uma escola é o instrumento teórico metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer para quem se vai fazer e como se vai fazer (Brasil, 2004, p. 9).

A educação formal desempenha um papel crucial como um instrumento fundamental para o avanço econômico, social, cultural e político, tanto da sociedade quanto da nação como um todo (Lima, 2024). A gestão, o planejamento e a execução desse sistema educacional precisam ser realizados de maneira inclusiva e democrática, garantindo a presença de diversas perspectivas, culturas, etnias, princípios e diretrizes. É imprescindível que todos esses aspectos sejam respeitados e orientados pelos conteúdos definidos na legislação nacional pertinente.

A escola inclusiva representa um espaço educacional que se dedica a entender cada estudante de forma singular, valorizando e respeitando suas habilidades e necessidades individuais. Ela busca atender a essas demandas com eficiência e excelência pedagógica, garantindo que todas/os as/os estudantes tenham acesso a uma educação de alta qualidade, comprometendo-se a abordar as deficiências de cada um/a.

Segundo o Ministério da Educação: “Para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional” (Brasil, 2004, p. 8). A escola convencional deve proporcionar um ambiente físico que garanta a acessibilidade e a permanência das/os estudantes, criando possibilidades que estimulem o desenvolvimento de métodos elevados de pensamento e aprendizagem. Para Marchesi (2004, p. 29):

O objetivo de criar escolas inclusivas que tenham seu prolongamento natural em sociedades abertas e não-segregadoras é uma tarefa permanente e interminável. Supõe um esforço contínuo e uma vontade de modificação de todas as estruturas – no conjunto da sociedade, no funcionamento da escola e no trabalho em classe – que dificultam o avanço para situações educativas, mas integradoras. É preciso, sobretudo, compreender a realidade educacional como um processo de mudança mais completas de integração e participação.

À escola, enquanto instituição pública, cabe a importante responsabilidade ética de garantir a aprendizagem de todas/os as/os estudantes que fazem parte de

sua comunidade. Isso implica que, ao desenvolver e executar seu projeto político-pedagógico é necessário propor e adotar ações alternativas que favoreçam a inclusão de todas/os as/os estudantes, levando em conta suas características individuais. Para assegurar uma inclusão efetiva dos alunos com deficiência na escola regular, é fundamental que diversos fatores sejam cuidadosamente examinados, incluindo recursos humanos, pedagógicos e físicos, que são essenciais para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Assim, a inclusão transcende a mera permissão para que alunos com deficiência integrem o ensino; implica o desenvolvimento de estratégias eficazes que garantam sua efetiva inclusão, de maneira planejada, constante e crescente ao longo do tempo.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIRETRIZES LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NO BRASIL

3.1 A Educação Inclusiva no Brasil

As primeiras evidências da Educação Inclusiva no Brasil começaram a se manifestar a partir das ideias liberais que prevaleceram no início do século XX. As práticas pedagógicas foram fortemente influenciadas por modelos de serviços desenvolvidos para atender pessoas com deficiências, que surgiram nos Estados Unidos e na Europa, sendo trazidos para o Brasil com a intenção de aprimorar a educação de indivíduos com deficiências, sejam elas físicas, mentais ou sensoriais (Jannuzzi, 2012).

É relevante ressaltar que, mesmo que essa noção não fosse bem aceita na época, já se argumentava que a deficiência das pessoas não deveria ser um obstáculo para sua participação em setores fundamentais como educação, religião e política.

Nesse contexto, as perspectivas desempenharam um papel crucial ao apoiar movimentos históricos significativos no Brasil, como a Inconfidência Mineira de 1789, a Conjuração Baiana de 1798 e a Revolução Pernambucana de 1817. Esses eventos marcantes tratavam da necessidade de eliminar as instituições coloniais vigentes, desafiando não apenas o autoritarismo predominante da época, mas também a intervenção excessiva do Estado na economia. Com a colaboração de um grupo heterogêneo, que incluía professoras/es, advogadas/os, médicas/os e alfaiates, esses movimentos buscavam estabelecer um espaço para a liberdade de expressão e o pensamento crítico (Jannuzzi, 2012).

Um outro marco importante na trajetória da Educação Inclusiva no Brasil, ressaltando a relevância de apresentar Marcos históricos, segundo Mazzotta (2017), é o início da Educação Especial, em 12 de outubro de 1954. Essa data foi formalizada pelo Decreto Imperial nº 1428, assinado por D. Pedro II, resultando na criação do “Imperial Instituto dos Meninos Cegos” na cidade do Rio de Janeiro.

Anos após os acontecimentos iniciais, a entidade teve seu nome modificado através de um decreto que foi formalmente assinado pelo presidente interino Marechal Deodoro da Fonseca e pelo Ministro dos Correios e Telégrafos, Benjamim Constant Botelho Magalhães. Este relevante decreto, registrado como número 408 e

datado de 17 de maio de 1890, resultou na alteração do nome da organização para “Instituto de Cegos”.

No ano de 1891, ocorreu uma mudança significativa que resultou na reestruturação da Instituição, agora chamada de “Instituição Benjamim Constant” (IBC), um ajuste formalizado pelo decreto nº 1320, datado de 24 de janeiro de 1891. Mazzotta (2017, p. 29) enfatiza:

Importante salientar que desde seu início a referida escola caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a “educação literária e o ensino profissionalizante” de meninos “surdos-mudos”, com idade entre 7 e 14 anos.

O Instituto Benjamim Constant se destacou de maneira significativa ao proporcionar acesso a livros em braile, um importante recurso para a leitura e o aprendizado. Reconhecida como uma escola, essa instituição era voltada para o ensino de pessoas com deficiência visual. Ela trabalhava em estreita colaboração com a Fundação Getúlio Vargas. Juntas, elas focavam a especialização e formação de educadoras/es, visando aprimorar a educação para pessoas cegas e proporcionar uma experiência de aprendizado mais inclusiva e enriquecedora.

No Brasil, nos primeiros estágios, a educação voltada para pessoas com deficiência concentrava-se principalmente nas deficiências visuais. Esse modelo educacional era fundamentado em conceitos de filantropia e caridade, ao invés de ser reconhecido como um direito básico do cidadão, um direito que não deve, de forma alguma, ser subavaliado ou considerado como algo secundário.

Dessa forma, no âmbito de eventos significativos relacionados à Educação Especial e Inclusiva, é fundamental lembrar que, em 1932, Fernando Azevedo, um verdadeiro pioneiro nas discussões educacionais no Brasil, uniu esforços com defensores das ideologias liberal e socialista com o objetivo de promover a universalização da educação. Ele estava dedicado a impulsionar o desenvolvimento de uma educação nacional que fosse acessível e gratuita a todas/os.

Durante a Segunda República, sob a direção de Getúlio Vargas, foi instituída a Constituição de Vargas, que definiu os princípios fundamentais que guiam a educação no Brasil. Esse evento crucial ocorreu em um período de notável progresso industrial e social no país. Conforme Jannuzi (2004), a sociedade estava organizada em diversos movimentos sindicais que tiveram uma forte influência na

Constituição de 1934, discutindo questões essenciais como a implementação do salário mínimo e a regulamentação da jornada de trabalho.

Embora não tenha abordado de maneira direta a educação para pessoas com deficiências, essa constituição reconhece, de forma abrangente, o direito à educação para todas/os, como indicado no artigo 149, que acentua a relevância da educação gratuita para todas/os as/os cidadã/ãos. Dessa forma, as instituições de ensino, que antes eram destinadas apenas à elite, começavam a se tornar acessíveis também às classes menos favorecidas da sociedade (Silva, 2021).

Mazzotta (2017) destaca que o Instituto Pestalozzi, situado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, foi um precursor do modelo de internato. Por meio de acordos com entidades públicas de níveis estadual e federal, o instituto conseguiu expandir suas atividades em 1935, favorecendo o progresso de sociedades nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

De acordo com Jannuzzi (2012), em 1949 existiam 41 instituições dedicadas ao ensino de pessoas com deficiência mental, enquanto 26 eram voltadas para outras especificidades. Contudo, no período de 1959 a 1969, houve um aumento significativo nesse cenário, fazendo com que o número total de instituições para deficientes mentais chegasse a 821, além de 313 para outras deficiências.

Conforme Jannuzzi (2012), no ano de 1964, diversas instituições focadas em atender diferentes tipos de deficiências, incluindo as mentais, múltiplas e auditivas, foram inauguradas. Dentre essas instituições, merecem destaque as que operavam na área rural, como a localizada em Minas Gerais e a famosa Escola Doutor Lage.

Jannuzzi (2012) menciona que, durante o governo de Juscelino Kubitschek, que ocorreu de 1956 a 1961, o plano de metas destacou a relevância da educação para pessoas com deficiências. Isso incluía a promoção de profissões para aqueles com "necessidades reduzidas". Na gestão de João Goulart, entre 1961 e 1964, o ano de 1963 foi marcado por um foco significativo na inclusão de escolas especializadas e na criação de iniciativas voltadas para jovens carentes e com deficiências no contexto educacional.

Embora o acesso tenha sido bastante restrito inicialmente, em 1954 foi concedido o direito de voto às pessoas com deficiência visual. Essa importante decisão tinha como objetivo principal promover uma maior integração social entre esses indivíduos e a sociedade em geral (Jannuzzi, 2012).

3.2 Diretrizes e Bases da Educação Especial e Inclusiva no Brasil

Desde 1961, o Brasil iniciou um processo importante com a legislação que visava à criação das fundações necessárias para a Educação Inclusiva e Especial, culminando na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 4.024/1961). Essa lei determinava que o atendimento a estudantes considerados “excepcionais” deveria ser, sempre que possível, realizado dentro do sistema de ensino, promovendo uma integração mais eficaz de estudantes com necessidades especiais (Brasil, 1961).

Em 1971, a promulgação da Lei nº 5.692 estabeleceu diretrizes significativas para a educação de 1º e 2º graus, incluindo a sugestão de um tratamento diferenciado para estudantes com deficiências, sejam elas físicas ou mentais, além de estudantes superdotadas/os. Segundo Garcia (2006), essa mudança nas políticas educacionais do Brasil, no começo da década de 1970, representou um avanço importante na Educação Especial, criando novas oportunidades e perspectivas para atender aquelas/es consideradas/os excepcionais (Brasil, 1971).

Em 1973, foi sancionado o Decreto nº 72.425, que tinha como objetivo primordial aprimorar o atendimento a pessoas consideradas/os excepcionais, uma expressão comum naquela época. Além disso, esse decreto buscava fomentar uma Educação Inclusiva e sugerir o desenvolvimento de estratégias que respeitassem os princípios doutrinários e políticos vigentes (Brasil, 1973).

Com base no que foi mencionado, é crucial destacar que o Brasil estava passando por um período caracterizado pelo desenvolvimentismo nacional, impulsionado pelo fortalecimento da industrialização, pela urbanização e por um notável crescimento econômico. No entanto, esse progresso resultou em consequências negativas para os serviços oferecidos às pessoas com deficiência, resultando em uma diminuição significativa na disponibilidade dos serviços prestados pelas instituições. Esse cenário agravou ainda mais o processo de exclusão social vivido por esse grupo, fazendo com que muitos fossem deixados à margem da sociedade.

Dessa forma, as discussões centradas na Educação Inclusiva tornaram-se um aspecto crucial para o surgimento de movimentos que apoiam os direitos das pessoas com deficiência. O foco principal é fomentar o bem-estar social desse grupo, evidenciando a necessidade de que essas pessoas sejam reconhecidas e

tratadas com igualdade em relação aos demais. Isso implica que elas devem usufruir dos mesmos direitos, ajudando a promover sua valorização e a ultrapassar a cultura de inferioridade e incapacidade que frequentemente foi imposta pela sociedade ao longo dos anos.

O principal propósito dessa iniciativa foi incentivar os países a desenvolverem ações voltadas para proteção e garantia dos direitos desse grupo específico, ao mesmo tempo em que promoviam o empoderamento e a valorização das/os envolvidas/os. Entretanto, é importante ressaltar, no que se refere às ações, datas relevantes e documentos orientadores sobre educação especial, a "Declaração Mundial Sobre Educação para Todos". Essa declaração foi formulada como resposta às críticas sobre o processo de institucionalização e práticas assistencialistas. Segundo Fernandes; Aquino (2016), seu objetivo primordial era eliminar os modelos de atendimento que estavam sendo oferecidos em internatos e manicômios, estabelecendo assim um novo paradigma na Educação Inclusiva.

Ademais, a elaboração da Constituição Federal de 1988 deu origem a diversas prerrogativas essenciais dedicadas à defesa e promoção dos direitos de cidadania. É importante ressaltar que o foco principal dessas inovações estava voltado, em particular, à proteção de crianças e adolescentes. Essa abordagem fundamenta-se na noção social de proteção integral, que pretende garantir direitos econômicos e sociais consagrados pela Constituição. Consequentemente, são desenvolvidas políticas que asseguram o acesso à educação, saúde, trabalho, lazer, segurança e previdência social (Fernandes; Aquino, 2016).

A Constituição enfatiza a responsabilidade de capacitar e reintegrar pessoas com deficiência. Assim, conforme destacado no artigo 227 da Constituição, a educação é um direito que deve ser assegurado a todas/os, sendo uma obrigação do Estado garantir que essa educação seja acessível de maneira justa a todas/os as/os cidadã/ãos, assegurando que nenhuma criança ou adolescente seja privado desse direito essencial.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Um aspecto fundamental assegurado, principalmente pela Constituição Federal de 1988, diz respeito à proteção e à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Esses indivíduos são reconhecidos como cidadãos dentro da sociedade e, por essa razão, possuem um conjunto de direitos que devem ser respeitados e atendidos.

Levando em conta o que foi discutido anteriormente, a definição e a salvaguarda dos direitos de crianças e adolescentes desempenharam um papel fundamental, contribuindo de forma notável para a defesa dos direitos assegurados a esse grupo, conforme delineado no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). O artigo 3º desse estatuto consagra o direito à proteção e ao cuidado de crianças e adolescentes, portanto:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais, inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Brasil, 1990).

Um evento de grande relevância para a Educação Especial foi a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em julho de 1994, que foi acompanhada pela renomada Declaração de Salamanca. Este acontecimento funcionou como um marco que acelerou as discussões e ações relacionadas à Educação Especial em todo o Brasil. Na ocasião, uma variedade de temas foram debatidos por delegados de 88 países e representantes de 25 organizações internacionais. As questões abordadas incluíram terminologias, práticas, políticas, acesso e a inclusão de pessoas com deficiências, tanto na educação quanto na sociedade de maneira geral (Unesco, 1994).

Foi criado, em 20 de novembro de 1996, um novo conjunto de Diretrizes e Bases para a Educação nacional, de acordo com a Lei nº 9.394/96, considerando os direitos de crianças e adolescentes garantidos pela CF/88. O principal propósito dessa legislação é assegurar e fomentar o amplo acesso de estudantes com deficiências a: currículos, métodos, técnicas e recursos educacionais apropriados, especialmente para aqueles que, em razão de suas deficiências, têm dificuldades para acessar o Ensino Fundamental (Brasil, 1996).

Em 1999, sob a administração de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE),. Esta importante ação foi formalizada pelo decreto nº 3.076, datado de 1º de junho de 1999 (Brasil, 1999). Ademais, segundo Jannuzzi (2012), isso atuou como um facilitador significativo para o progresso das gestões descentralizadas, tanto no que diz respeito à sociedade civil quanto ao governo. Entretanto, o CONADE foi criado com a finalidade de monitorar e avaliar iniciativas em setores como educação, saúde e assistência social, especialmente focando nas ações voltadas para pessoas com deficiência. Para Pan (2012), essa circunstância gerou a necessidade de regulamentações e diretrizes bem definidas que garantam a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Básica.

Em 2014, foi instituído o Plano Nacional de Educação (PNE), a ser executado entre 2014 e 2024, conforme a Lei nº 13.005/2014. Este plano estabelece três categorias distintas de metas a serem alcançadas. O primeiro conjunto de metas se refere a diretrizes e objetivos voltados à garantia do direito à Educação Básica, ao aumento do acesso à educação, à universalização do ensino e à ampliação das oportunidades educacionais disponíveis para a população (Brasil, 2014).

No segundo conjunto de metas, são estabelecidas diretrizes voltadas para a luta contra e a redução das desigualdades, levando em conta a diversidade e a equidade em suas múltiplas dimensões. Por último, no terceiro conjunto de metas, são apresentadas as metodologias que visam promover a valorização das/os profissionais da educação, reconhecendo seu papel fundamental na sociedade.

O PNE define diretrizes essenciais no artigo 2º, que visam erradicar o analfabetismo, garantir o acesso universal à educação e superar as desigualdades educacionais presentes no sistema. O plano também enfatiza a relevância da promoção da cidadania, assegurando a eliminação de todas as formas de discriminação. Ademais, destaca a necessidade de aprimorar a qualidade do ensino e de oferecer uma formação direcionada ao trabalho e à cidadania.

O PNE também ressalta a relevância da administração democrática da educação pública, a humanização do processo educativo e a atenção às necessidades específicas na Educação Especial/Inclusiva, assegurando a qualidade do ensino e a inclusão de pessoas com deficiências em todos os níveis e modalidades. Por último, destaca a valorização das/os educadoras/es, além da

promoção de princípios que apoiam o respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Um ano após a implementação do PNE de 2014, a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146, foi sancionada em 2015. De acordo com o artigo 9, nos incisos II e III, essa legislação estabelece que o atendimento prioritário deve ser assegurado para este grupo específico, portanto:

II – Atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.

III – Disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento igualitário em relação com as demais pessoas. (Brasil, 2015).

A legislação proporcionou uma ampla proteção a direitos fundamentais, incluindo a vida, a saúde, a moradia, o trabalho, além do acesso à assistência social, saúde, educação, habilitação, reabilitação e previdência social. O foco principal é assegurar o acompanhamento do planejamento e a avaliação da execução de políticas setoriais dedicadas à educação, saúde e assistência social para pessoas com deficiência. Como destaca Pan (2012), existe uma regulamentação clara e diretrizes específicas que visam fomentar a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Básica.

A legislação mencionada desempenhou um papel fundamental na proteção e na confirmação dos direitos das pessoas com deficiências, assegurando a esses indivíduos direitos fundamentais, como o direito à vida, saúde, moradia, emprego, assistência social, educação, bem como oportunidades de habilitação, reabilitação e acesso à previdência social.

Neste momento, a educação continua a seguir as orientações estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que cobre o intervalo de 2014 a 2024. É importante ressaltar que o novo plano, destinado à década de 2025 a 2034, ainda está em fase de análise e discussão no Congresso Nacional (Brasil, 2025).

Em relação ao contexto da Educação Especial e Inclusiva no Brasil, pós-PNE, é fundamental destacar a execução da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) e sua relevância para a inclusão e a qualidade da educação especial no país. Essa política simboliza um progresso importante na promoção da equidade no acesso educacional, garantindo que todos as/os estudantes, independentemente de

suas necessidades, usufruam da oportunidade de receber uma formação apropriada e enriquecedora (Brasil, 2020).

A Política Nacional de Educação Especial (PNEE) foi oficialmente instituída pelo Decreto nº 10.502, datado de 30 de setembro de 2020. Além disso, ao apresentar a PNEE, ressalta-se que:

O Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de modalidades Especializadas da Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida (PNEE, 2020), instituída por meio do Decreto nº 10. 502, de 30 de setembro de 2020. Na concepção da PNEE 2020, todas as escolas das redes de ensino, públicas ou privadas, devem estar abertas a todos (Brasil, 2020).

Dessa maneira, desde a implementação da Política Nacional de Educação Especial (PNEE), iniciou-se uma série de discussões e diálogos sobre a Educação Especial e Inclusiva em nossa nação. É importante ressaltar que esse documento serve como uma referência orientadora, com a finalidade de estabelecer normas e diretrizes claras referentes à realidade da Educação Especial e Inclusiva em todo o território brasileiro.

Por outro lado, é importante ressaltar que, conforme definido na Política Nacional de Educação Especial (PNEE), embora a inclusão de estudantes com deficiências em escolas seja promovida, cabe às instituições assegurar o acesso a suas instalações. Cada estudante tem a autonomia para optar entre a educação nas redes de ensino ou nas instituições que proporcionam uma educação especializada, conforme suas necessidades específicas.

O objetivo do PNEE, conforme indicado em seu Art. 3º, é “garantir a educação como um direito de todos em um sistema educacional justo e inclusivo”. A atenção é direcionada a vários aspectos, incluindo a promoção da educação através da equidade; a relevância de um ambiente apropriado para o aprendizado; a formação contínua e de qualidade das/os educadoras/es; a necessidade de uma equipe multidisciplinar nas instituições de ensino; além da adaptação do currículo, para garantir que todas/os tenham acesso a uma experiência de aprendizado efetiva e enriquecedora.

Um aspecto importante a destacar sobre a PNEE é que, conforme já indicado, não é obrigatório que todas/os as/os estudantes com deficiências sejam inseridas/os nas escolas das redes de ensino. Assim, o direito de escolha da família ou da/o

própria/o estudante quanto à instituição em que será matriculada/o está claramente definido no inciso IV do Art. 3º da PNEE: “IV – Participação de equipe multidisciplinar no processo de decisão da família ou do educando quanto à alternativa educacional mais adequada” (Brasil, 2020).

Cabe destacar que a PNEE foi oficialmente revogada pelo Decreto nº 11.370/2023. Entretanto, esse novo decreto não oferece uma política substitutiva, mas simplesmente revoga a anterior, o que significa que as diretrizes e normas instituídas pela política precedente não estão mais em vigor (Brasil, 2023).

A revogação ocorreu devido às intensas críticas que a política de 2020, que promovia a segregação de estudantes com deficiência e outros grupos, recebeu. A nova política, que visava o decreto que foi cancelado, foi vista como um retrocesso considerável para a Educação Inclusiva, suscitando preocupações sobre a eficácia das estratégias de ensino para todas/os as/os estudantes.

No estado do Maranhão existem duas normas que tratam sobre a inclusão de pessoas com deficiências. A primeira é a Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 291/2002, que estabelece normas para a Educação Especial na Educação Básica no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão, cujo artigo primeiro discorre:

Art. 1º - a educação especial insere-se na educação básica, abrangendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, na educação superior e nas modalidades da educação escolar: educação de jovens e adultos, educação profissional e educação indígena (Maranhão, 2002).

A outra é a Lei nº 11.569/2021 que institui o Estatuto da Inclusão Social e Econômica das Pessoas com Deficiência, cujo artigo 30 trata especificamente da Educação Especial:

Artigo 30

Os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta responsáveis pelo Sistema de Educação do Estado do Maranhão dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto desta Seção, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;

[...]

III - a oferta, obrigatória e gratuita, dos serviços e recursos da educação especial, em estabelecimentos públicos, privados e conveniados de ensino;

IV - o oferecimento obrigatório dos serviços e recursos de educação especial ao aluno com deficiência em unidades hospitalares e congêneres que esteja internado por prazo igual ou superior a 01 (Maranhão, 2021).

Assim, a preocupação do ente público estadual é claramente demonstrada, sob uma ótica legal, ao promover a Educação Inclusiva, garantindo oportunidades adequadas para crianças com deficiências.

4 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS EM AMBIENTES EDUCACIONAIS

Como campo de pesquisa foi definido o município de Timbiras, localizado no estado do Maranhão, a 308 km da capital São Luís, pertencendo à mesorregião do Leste Maranhense, mais especificamente na microrregião de Codó, fazendo limites com os municípios de Codó, Coroatá, Vargem Grande e Chapadinha (IBGE, 2025).

A população de Timbiras é de 26.484 habitantes, conforme censo de 2022. Em relação à educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), referente ao ano de 2023, para os anos iniciais do Ensino Fundamental na rede pública, é de 4,9 e para os anos finais, de 3,8 (IBGE, 2025). Existem, ao todo, quarenta e cinco escolas de Ensino Fundamental e duas escolas de Ensino Médio, que atendem à população em idade escolar no município.

4.1 Sala de recursos do município de Timbiras

As informações que foram analisadas neste estudo foram cuidadosamente obtidas por meio de uma pesquisa de campo realizada no Centro de Ensino Infantil Diva Corvelo. Este centro é o local onde está situada a nova sala de recursos, que foi recentemente inaugurada no município. Para alcançar os objetivos deste estudo, utilizamos como instrumento de coleta e construção de dados, um questionário, que foi previamente elaborado e continha perguntas de natureza subjetiva.

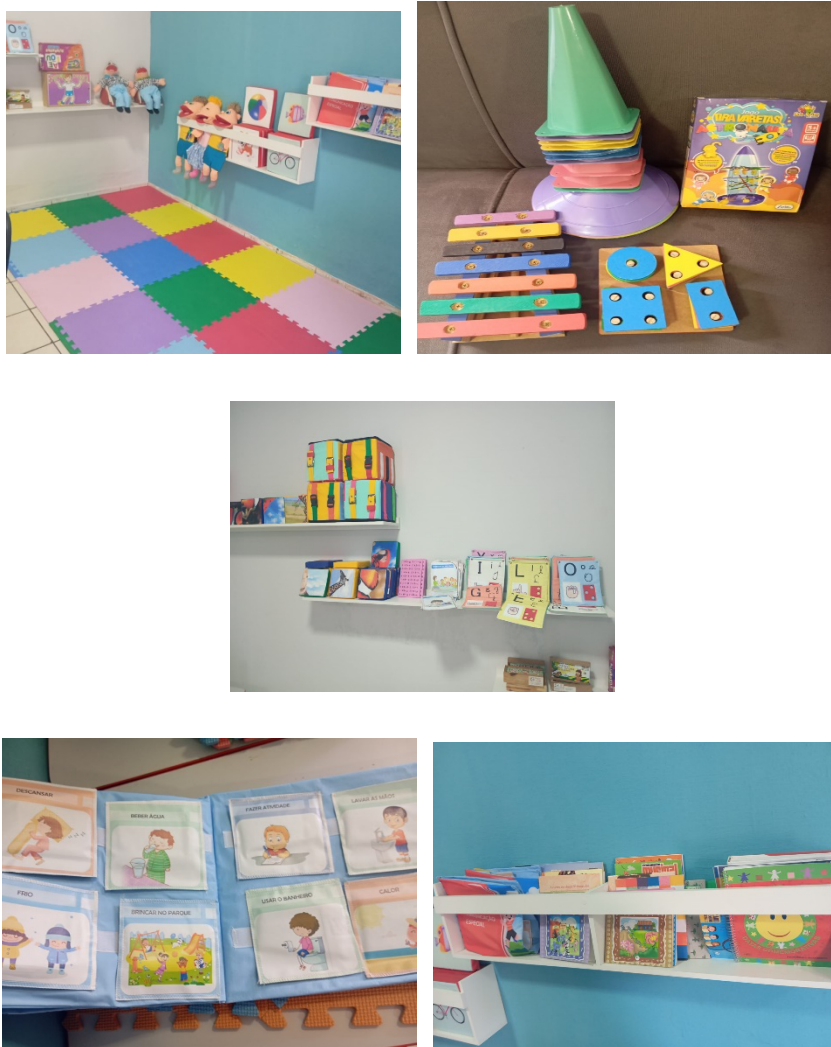
A implementação desta sala de recursos educativos é fruto das solicitações feitas pela escola à secretaria municipal de educação. Essa ação foi motivada pela significativa demanda por serviços especializados de atendimento, tendo em vista que havia um número considerável de crianças matriculadas que possuíam laudos e relatórios médicos detalhando suas necessidades.

Antes da inauguração da sala de reforço, a escola enfrentava grandes desafios no atendimento a essas/es estudantes, principalmente devido à falta de uma estrutura adequada no prédio, o que comprometia a qualidade do ensino oferecido.

Dessa forma, a sala de recursos foi oficialmente inaugurada no dia 09 de maio de 2025, operando de segunda-feira a quinta-feira para atendimento, e nas sextas-feiras, dedica-se à elaboração de relatórios detalhados sobre o progresso e

desenvolvimento das crianças que são acompanhadas, conforme vemos na Figura 1:

Figura 1 – Sala de Atendimento Educacional Especializado (observa-se a disposição do mobiliário, os recursos visuais e a organização do espaço, que favorecem o aprendizado)



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

O espaço de recursos exerce uma função essencial ao atender crianças de várias escolas. Atualmente, é formado por duas professoras comprometidas e uma agente administrativa que assegura o bom funcionamento do ambiente. Neste momento, a sala acolhe um total de quinze estudantes no período da manhã e também quinze, no período da tarde, oferecendo um suporte educacional relevante.

As educadoras que trabalham nesta sala têm uma formação especializada e abrangente para atender de forma eficaz as crianças que necessitam de um

atendimento particularizado. Quanto a esse assunto, Greguol; Gobbi; Carraro (2013) destaca que:

O professor especializado, compreendido como aquele que presta o Atendimento Educacional Especializado aos alunos com necessidades especiais nas salas de recursos ou estabelecimentos especiais de ensino, deve possuir formação que o habilite a atuar na educação especial. Também neste caso não é totalmente clara qual será esta formação comprovada, que pode variar desde uma graduação específica até cursos de aperfeiçoamento ou especialização na área (Greguol; Gobbi; Carraro, 2013, p. 314).

Esta afirmação nos permite entender de maneira clara e profunda que a formação da/o educador/a é essencial para o desempenho de suas funções com estudantes que apresentam deficiências. Essa formação pode incluir desde a graduação inicial até especializações, sem deixar de lado a importância das formações continuadas, que são indispensáveis para assegurar a atualização e a formação docente. Todos esses aspectos são fundamentais para que ela/e consiga conduzir atividades de forma eficaz com essas/es estudantes nas Salas de Atendimento Educacional Especializado - salas de AEE, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e adaptado às suas necessidades específicas.

As/Os professoras/es das salas de recursos multifuncionais, encarregados do atendimento educacional especializado para estudantes com deficiências, precisam estar sempre em busca de formação. Ademais, é essencial que busquem os recursos necessários para enriquecer sua atuação e expandir o impacto de seu trabalho, levando em conta as necessidades específicas e as condições de trabalho que precisam ser cultivadas nesse ambiente escolar.

É fundamental que a escola estimule e favoreça a troca valiosa de experiências, assim como a colaboração produtiva entre as/os professoras/es da sala de recursos e as/os demais educadoras/es das outras turmas. Essa abordagem, observada no Centro de Ensino Infantil Diva Corvelo, acontece semanalmente, criando um ambiente mais coeso e sinérgico para todas/os as/os estudantes.

A escola apresenta uma rotina semanal bem organizada e estruturada, que envolve não apenas as/os professoras/es, mas também todos os outros envolvidos no ambiente escolar, com o objetivo de proporcionar um atendimento que promova um aprendizado significativo para as crianças que têm deficiência.

Em relação aos materiais didáticos adaptados que visam atender às diferentes necessidades das/os estudantes com deficiência, a sala conta com um alfabeto acessível, jogos pedagógicos interativos, um fantoche criativo, quebra-cabeças desafiadores, um caderno de comunicação especial, entre outros recursos valiosos, conforme podemos observar na Figura 2:

Figura 2 – Materiais didáticos da sala de recursos (incluindo jogos, alfabeto acessível e outros instrumentos pedagógicos que estimulam a inclusão)



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Segundo Melo e González (2020, p. 4):

Os recursos didáticos possibilitam motivar a aprendizagem através do fornecimento de informações, orientam a aprendizagem e podem exercitar e desenvolver habilidades, favorecem melhor compreensão do conteúdo a ser estudado e propiciam ambientes de expressão e criação.

Esses recursos são essenciais para que o processo de Educação Inclusiva se torne uma realidade efetiva, conforme é mencionado por Santos (2018, p. 19):

A Educação Inclusiva implica numa mudança de paradigma educacional, em que abrange orientações necessárias para adaptar a realidade do aluno, adotando estratégias e metodologias de ensino diferenciadas, a formação de professores, além de recursos e materiais pedagógicos de modo que as escolas atendam os alunos com deficiência.

Assim, para que a escola se torne genuinamente inclusiva, é crucial que avalie as dificuldades de aprendizagem que suas/eus estudantes enfrentam e reconheça que cada um/a possui seu próprio ritmo. A instituição deve dedicar-se a descobrir formas eficazes de atender às diversas necessidades, assegurando uma educação que seja acessível e de alta qualidade para todas/os. Nesse cenário, os recursos disponíveis são extremamente relevantes e exercem um papel vital na realização desse propósito.

Na pesquisa realizada constatamos que a escola utiliza ferramentas tecnológicas para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, tais como *notebook*, projetor e recursos adaptados às necessidades das/os estudantes. Tais recursos, na visão de Raiça (2008, p. 30) “[...] tornam-se um meio que facilita a aproximação, a interação e a participação de todos com ou sem necessidades especiais.”

Esses recursos trazem uma melhoria considerável na qualificação do processo de ensino-aprendizagem, beneficiando não apenas as/os estudantes com deficiências, mas também servindo como ferramentas valiosas para todas/os as/os outras/os estudantes. É importante notar que esses meios tecnológicos favorecem uma interação mais profunda entre todas/os as/os envolvidas/os nesse processo educativo, o que é fundamental para o desenvolvimento formativo das/os estudantes (Silva; Bidô, 2023).

Outro ponto bastante significativo e essencial nesse contexto de Educação Inclusiva é a acessibilidade, cuja importância está, principalmente, na garantia de que todas/os as/os estudantes, independentemente de suas habilidades ou necessidades particulares, tenham um acesso equitativo ao aprendizado, além de uma participação completa e ativa na vida escolar.

No Centro de Ensino Infantil Diva Corvelo, embora exista rampa na entrada, observamos que é preciso ainda mais para que, no aspecto arquitetônico, a acessibilidade seja completa, como por exemplo, a implementação de pisos táteis e antiderrapantes (Figura 3). Além disso, conforme aponta Dalcul; Berselli (2020, p. 2), a acessibilidade: “[...] vai além do aspecto arquitetônico, ainda que esse seja o mais comum ou o mais lembrado. Ela é também metodológica, atitudinal e comunicacional”. Assim, é importante considerar todas as esferas da acessibilidade no âmbito escolar e particularmente nas salas de recursos.

Figura 3 – Parte frontal do Centro de Ensino Infantil Diva Corvelo



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Segundo Ferreira (2019, p.5):

A acessibilidade é extremamente útil para que aconteça a inclusão nas escolas. A inclusão é a perspectiva da educação que pensa numa escola diferente a diversidade de todos os alunos. Além de que, a acessibilidade pode ser entendida como uma condição acessível aos lugares, às pessoas, entre outros.

Atualmente, mesmo com os vários progressos importantes feitos na acessibilidade no ambiente escolar, é inegável que o sistema educacional ainda não está totalmente equipado para atender às demandas dessas/es estudantes. Ademais, há uma complexidade considerável inerente a esse processo que não pode ser desconsiderada (Ferreira, 2019).

Em relação aos aspectos metodológicos e curriculares, a escola Diva Corvelo tem se empenhado em ajustar seu currículo para atender de forma mais eficiente às necessidades específicas de cada estudante, o que é essencial para que essas/es estudantes possam acessar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento adequados. Além disso, essa iniciativa também beneficia outros fatores ligados às interações sociais entre as pessoas, ao estimulá-las a reconhecer a diversidade das diferenças e, dessa forma, contribuir para a superação de preconceitos que frequentemente atingem a sociedade.

Bungenstab (2021, p. 7) sustenta essa visão ao enfatizar que cada pessoa deve ser vista como "um ser único, com sua própria trajetória e uma forma particular de entender o mundo e lhe conferir significado; além disso, é também um ser social que ocupa um lugar específico na sociedade".

Correia (1999) aborda o conceito de adaptações curriculares, caracterizando-o como um conjunto de modificações, alterações ou transformações feitas pelos educadores e pela instituição de ensino nas propostas curriculares. O foco principal dessas adaptações é satisfazer de maneira eficaz as necessidades particulares de suas/eus estudantes. Essas mudanças podem se manifestar em vários aspectos fundamentais do currículo, bem como em elementos que possibilitam o acesso a ele, assegurando, assim, uma educação mais inclusiva e personalizada.

4.2 Desafios de implementação da Educação Inclusiva

A inclusão escolar representa um processo multifacetado que abrange desafios que variam desde a formação das/os professoras/es até as condições das instalações escolares. Um dos maiores entraves é a escassez de comunicação entre as pessoas envolvidas, como gestoras/es, educadoras/es e famílias, o que pode complicar a adoção de práticas inclusivas. Além disso, é necessária uma transformação no paradigma educacional, que valorize a individualidade e a diversidade em vez da uniformidade. Quando bem implementada, a inclusão enriquece o ambiente escolar, promovendo valores como empatia, cooperação e respeito às diferenças.

Glat (2009) argumenta de forma persuasiva que a falta de formação adequada para as/os educadoras/es é um dos maiores obstáculos à inclusão efetiva nas instituições de ensino. Muitas/os docentes, diante dessa realidade, sentem-se despreparadas/os e sobrecarregadas/os para atender às diversas especificidades das/os estudantes com deficiências, resultando em insegurança e frustração tanto para os professores quanto para as/os estudantes.

Essa situação nos conduz a uma reflexão crucial sobre a necessidade essencial de uma formação inicial e continuada que realmente forme as/os educadoras/es para lidar com essa diversidade tão presente nas salas de aula. Sem a presença de professoras/es com formação específica, a inclusão se torna uma

tarefa impossível, com barreiras invisíveis, embora com um impacto profundo, continuam presentes no cotidiano escolar, comprometendo a experiência educacional de todas/os as/os envolvidas/os.

Mantoan (2015) critica de forma contundente a inadequada infraestrutura das escolas, que muitas vezes não oferecem rampas, banheiros adaptados ou salas de recursos multifuncionais, componentes essenciais para assegurar a acessibilidade. Essa grave deficiência em acessibilidade física representa um obstáculo que restringe a participação plena das/os estudantes com deficiência, perpetuando a exclusão que o movimento pela inclusão se esforça para erradicar. Galvão (2015) expande essa análise ao enfatizar a falta de tecnologias assistivas e materiais adaptados, que são vitais para o aprendizado eficaz das/os estudantes com deficiência. A ausência desses recursos destaca uma notável discrepância entre o que é defendido na teoria sobre inclusão e a realidade encontrada nas escolas, que muitas vezes carecem até mesmo do básico necessário para atender a essa necessidade.

Vigotski (2007) apresenta uma importante advertência sobre a resistência cultural que ainda persiste em relação à inclusão educacional. É frequente que muitas/os pais/mães e educadoras/es sustentem a crença equivocada de que a presença de estudantes com deficiência pode "atrasar" o aprendizado das/os outras/os. Um pensamento que, na realidade, revela um profundo desconhecimento sobre as diversas oportunidades que a Educação Inclusiva pode proporcionar. Sassaki (2010) também apoia essa visão ao enfatizar a essencial relevância do envolvimento ativo das famílias no processo de inclusão. Lamentavelmente, muitos pais e mães carecem de orientação adequada, criando um verdadeiro descompasso entre as expectativas escolares e as situações familiares. Essa reflexão nos conduz a considerar com urgência a necessidade de estabelecer parcerias mais sólidas e eficazes entre educadoras/es e familiares, além de fomentar uma mudança de mentalidade que reconheça e valorize a diversidade em todas as suas facetas.

Glat (2009) destaca que a falta de apoio psicológico e pedagógico constitui um desafio considerável também. Muitas instituições de ensino estão desprovidas de profissionais qualificados, como psicólogos e fonoaudiólogos, o que limita o atendimento especializado e de qualidade que as/os estudantes necessitam. Essa situação levanta questões sobre as consequências da ausência de suporte no desenvolvimento integral das/os estudantes. Além disso, Mantoan (2015) critica a

carga excessiva de trabalho que as/os professoras/es enfrentam, pois precisam gerenciar turmas grandes e lidar com diversas exigências. Essa realidade dificulta ainda mais a oferta de atenção personalizada — um elemento crucial para a promoção da inclusão, e enfatiza a necessidade urgente de políticas que reconheçam e valorizem adequadamente o trabalho das/os educadoras/es.

Vigotski (2007) levanta questões significativas sobre os métodos tradicionais de avaliação, que muitas vezes não atendem às necessidades específicas das/os estudantes com deficiência. Essa abordagem inadequada pode resultar em frustração e evasão escolar, enfatizando a urgência de implementar avaliações mais flexíveis e inclusivas, que considerem as diversas realidades das/os estudantes. Por outro lado, Glat (2009) alerta sobre a falta de políticas públicas direcionadas especificamente para áreas campestinas e periféricas. Muitas escolas nessas regiões carecem de recursos básicos, exacerbando a desigualdade educacional. Essa disparidade regional destaca a necessidade de investimentos mais equitativos e bem direcionados, assegurando que todas as instituições de ensino, independentemente de sua localização, possuam a capacidade e os meios necessários para promover a inclusão de todas/os as/os estudantes.

A inclusão escolar requer, de forma essencial, uma avaliação minuciosa dos currículos e das abordagens pedagógicas, garantindo que todas/os as/os estudantes, independentemente de suas necessidades particulares, tenham a chance de acessar um ensino de qualidade. A atual uniformização do ensino, que ainda é uma realidade comum em diversas instituições educacionais, não considera a rica diversidade de habilidades e ritmos de aprendizado que cada estudante possui. Assim, é fundamental que os currículos sejam flexíveis e adaptáveis, permitindo que cada estudante possa desenvolver seu potencial de maneira completa e verdadeira.

Outro ponto importante que merece atenção é a criação de um ambiente escolar que seja acolhedor e verdadeiramente colaborativo, onde a diversidade não apenas é aceita, mas realmente celebrada, eliminando qualquer senso de medo. A interação com colegas que possuem habilidades e características variadas pode se tornar uma experiência verdadeiramente enriquecedora para todas/os as/os estudantes, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento de valores essenciais como empatia, respeito e solidariedade. Contudo, para que esse cenário

se materialize de forma eficaz, é fundamental que a escola desenvolva atividades e projetos que incentivem, de fato, a interação e a cooperação entre as/os estudantes.

A formação contínua das/os educadoras/es deve ser, sem dúvida, uma prioridade essencial no sistema educacional, uma vez que a inclusão é um processo dinâmico que requer uma atualização constante e adaptativa. Para além de adquirir conhecimentos teóricos em profundidade, as/os professoras/es precisam de ferramentas práticas e eficientes para lidar com os desafios diários que aparecem nas salas de aula. Oficinas, cursos variados e intercâmbios de experiências valiosas entre profissionais da educação podem se mostrar estratégias altamente eficazes para fortalecer a prática docente, garantindo que as/os educadoras/es se sintam mais confiantes para atuar em contextos inclusivos que são desafiadores e diversos.

Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas destinadas à inclusão sejam respaldadas por investimentos financeiros significativos e uma gestão eficaz dos recursos disponíveis. Infelizmente, diversas escolas enfrentam desafios na implementação de práticas inclusivas, especialmente por conta da falta de verba ou da má administração dos recursos que têm. A transparência na distribuição e a aplicação correta desses recursos são essenciais para assegurar que as necessidades reais de escolas e estudantes sejam atendidas de maneira eficaz. Assim, poderemos fomentar uma inclusão que seja genuinamente sustentável e eficiente ao longo do tempo.

Em resumo, conforme Mantoan (2015) enfatiza os obstáculos na inclusão escolar se apresentam como um conjunto de questões complexas e variadas, demandando a execução de ações integradas e abrangentes. Essas iniciativas devem incluir a formação adequada das/os professoras/es; a criação de uma infraestrutura que atenda as diversas necessidades; a formulação e implementação de políticas públicas robustas, além de uma efetiva mudança cultural que valorize e respeite a diversidade. É vital destacar que a inclusão transcende adaptações físicas ou pedagógicas, trata-se de uma tarefa coletiva que exige um firme compromisso, a alocação de recursos adequados e uma perspectiva futura que reconheça e integre a diferença como um componente essencial e enriquecedor no contexto educacional.

4.3 Estratégias de implementação da Educação Inclusiva

Assegurar a inclusão de estudantes com deficiências no ambiente escolar demanda a implementação de estratégias que transcendem as práticas convencionais de adaptação curricular e acessibilidade física. É crucial que essas estratégias cultivem uma cultura verdadeiramente inclusiva, incentivem a cooperação entre todos os envolvidos no processo educativo e garantam que cada estudante tenha acesso ao auxílio necessário para atingir seu pleno potencial e assegurar seu progresso (Freitas, 2013).

A construção de um ambiente escolar que seja genuinamente inclusivo demanda um esforço colaborativo na criação de políticas, práticas e uma cultura educacional que não apenas aceite, mas que também valorize cada estudante, sem distinção de suas variadas necessidades ou habilidades. Para atingir essa importante meta, é indispensável estabelecer políticas escolares inclusivas que assegurem a participação de todas/os as/os estudantes em todas as atividades escolares, abrangendo tanto o ensino quanto as iniciativas extracurriculares. Essas políticas essenciais devem contemplar aspectos como a prevenção do *bullying*, a promoção constante do respeito à diversidade e a oferta de apoio apropriado a estudantes com deficiências, contribuindo para a formação de um espaço educacional mais equitativo e acolhedor para todas/os (Lima *et al.*, 2024).

A Acessibilidade Universal assegura que todas as instalações da escola, incluindo salas de aula, banheiros, áreas recreativas e demais espaços comuns, sejam completamente acessíveis a todas/os as/os estudantes, sem exceção às suas necessidades. Isso inclui adaptações físicas que facilitam a circulação nos ambientes, bem como a oferta de materiais e recursos em formatos adequados, como braile, áudio-descrição e interpretação em língua de sinais, garantindo igualdade de oportunidades para todas/os.

A promoção de uma cultura que priorize o respeito e a empatia é essencial para criar um ambiente que valorize esses princípios entre todas/os as/os membras/os da comunidade escolar. Essa iniciativa pode ser realizada através de programas educacionais que abordem de forma significativa a relevância da diversidade, da inclusão e do respeito às particularidades individuais, fortalecendo os valores fundamentais.

De acordo com Bruck (2008), as/os educadoras/es desempenham uma função essencial na promoção da inclusão, desde que estejam adequadamente preparadas/os para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que surgem

no âmbito do processo educacional inclusivo. Para tal, algumas estratégias eficazes incluem a oferta de programas de formação contínua, que ajudem no desenvolvimento de habilidades e conhecimentos específicos associados a práticas inclusivas. Essas abordagens podem envolver a adaptação do currículo, a utilização de tecnologias assistivas e a administração eficaz de salas de aula que atendam a diferentes necessidades.

Formar equipes de suporte colaborativo é essencial, compostas por educadoras/es, especialistas em Educação Especial, psicólogos e outros profissionais que possam se unir para atuar de forma sinérgica na criação e execução de estratégias inclusivas personalizadas para cada estudante. Isso inclui o desenvolvimento de programas de mentoria, onde professoras/es com mais experiência em práticas inclusivas têm a chance de guiar e apoiar suas/eus colegas, trocando experiências valiosas e soluções práticas para os desafios do dia a dia escolar.

A inclusão efetiva no ambiente escolar é fruto da participação ativa e dedicada das famílias e da comunidade em todo o processo. As abordagens que podem ser utilizadas incluem manter uma comunicação regular e eficiente com as/os responsáveis, estabelecendo um canal de diálogo aberto e contínuo com as famílias das/os estudantes. Mantê-las informadas sobre o desempenho escolar, as adaptações realizadas e as necessidades específicas de suas/eus filhas/os vai além de uma mera formalidade; trata-se de uma prática que fortalece e constrói uma parceria robusta entre a escola e a família. Essa cooperação é crucial e vital para o êxito da/o estudante (Bruck, 2008).

A participação ativa dos pais e mães não só estimula, mas também facilita a integração nas várias atividades escolares, incluindo reuniões e decisões que afetam diretamente a educação de suas/eus filhas/os. Isso pode incluir a atuação em comitês escolares, reuniões focadas no planejamento individual e eventos comunitários relevantes. Ademais, é essencial formar parcerias estratégicas com organizações comunitárias, ONGs e serviços de apoio locais, que podem oferecer recursos adicionais valiosos, como apoio psicológico, orientação, programas de desenvolvimento social e outros serviços que complementem eficazmente o trabalho realizado pela escola.

O sucesso da inclusão está profundamente conectado ao monitoramento frequente e à avaliação contínua das estratégias e práticas que foram adotadas.

Entre as abordagens eficazes, destacam-se a realização de avaliações regulares e sistemáticas do progresso das/os estudantes com deficiências, utilizando métodos que levem em conta suas adaptações e necessidades individuais. Essa abordagem inclui não apenas as avaliações sobre o desempenho acadêmico das/os estudantes, mas também uma observação cuidadosa de seu desenvolvimento social e emocional ao longo do tempo.

Atividades colaborativas são essenciais para a promoção da inclusão, pois criam um espaço onde todas/os as/os estudantes têm a oportunidade de se unir e colaborar, independentemente de suas diferentes habilidades ou limitações. A adoção de métodos de aprendizado cooperativo, por exemplo, envolve estudantes organizando-se em pequenos grupos para atingir metas comuns. Essa estratégia não apenas incentiva a interação entre estudantes com e sem deficiências, mas também cultiva um espírito de colaboração e uma compreensão mútua mais intensa entre eles.

É claramente reconhecida a relevância essencial de criar projetos escolares que envolvam todas/os as/os estudantes e sejam meticulosamente elaborados para valorizar as contribuições singulares de cada um. Tais projetos precisam ser estruturados de forma a proporcionar a cada estudante a chance de manifestar suas variadas habilidades e talentos de forma individual. Atividades extracurriculares inclusivas garantem que todas as opções de aprendizagem fora da sala de aula, como esportes, artes e clubes, sejam acessíveis a todas/os as/os estudantes, independentemente de suas circunstâncias. Isso pode exigir adaptações específicas ou a implementação de novas atividades que sejam intrinsecamente inclusivas (Lima *et al.*, 2024).

Ao serem aplicadas de forma integrada e coesa, essas estratégias podem criar um ambiente educacional realmente inclusivo, permitindo que todas/os as/os estudantes, independentemente de suas habilidades individuais, possam participar ativamente, aprender de maneira eficaz e se desenvolver plenamente. A Educação Inclusiva não se resume a um objetivo, mas sim a um compromisso constante que exige esforço, colaboração e a dedicação de toda a comunidade escolar, incluindo professoras/es, estudantes, pais, mães, profissionais especializadas/os e poder público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se dedica a debater sobre inclusão, especialmente no contexto educacional, surgem inúmeras indagações pertinentes. No cenário brasileiro, essa temática revela uma série de desafios que sustentam visões que necessitam de transformação em relação à inclusão e à Educação Especial. É crucial refletir e buscar soluções que possam aprimorar essa realidade.

Entretanto, o núcleo central da temática abordada neste estudo se direcionou a discutir os diversos desafios enfrentados pela Educação Especial e Inclusiva no Brasil, além de explorar as estratégias essenciais para a sua eficaz implementação.

Durante a discussão, foi fundamental ressaltar a importância de transformar a escola em um espaço mais abrangente, levando em consideração um contexto focado nas ações que a instituição deve implementar. Afinal, a escola é um lugar de grande diversidade, e seu papel vai muito além de simplesmente transmitir conhecimento; ela também é responsável pela formação integral dessas pessoas.

A situação atual no Brasil reflete um paradoxo em que as leis são, indiscutivelmente, muito eficazes e bem elaboradas, pelo menos no que se refere ao “papel”, mas na prática, sua aplicação revela uma série de falhas que exigem ajustes. O cenário contemporâneo, especialmente no que se refere à inclusão de estudantes com deficiências, está sustentado por um número significativo de escolas que carecem dos recursos adequados para atender a esse público. Como resultado, a maioria dessas/es estudantes acaba sendo encaminhada para instituições especializadas, o que perpetua a segregação e a exclusão dessas pessoas da sociedade.

Ademais, as legislações vigentes no país são bastante claras ao afirmar que deve haver a inclusão “preferencialmente” de estudantes com deficiências nas redes de ensino, com o nobre objetivo de promover a inclusão social. Contudo, o encaminhamento para redes especializadas ocorre apenas se, por acaso, a/o estudante ou a família, ou mesmo a/o responsável, decidirem optar por essa alternativa. Além disso, essa transferência só se justifica caso a escola não possua as condições adequadas para atender às especificidades do estudante em questão.

O que acontece é que, conforme observado no estudo realizado, as escolas enfrentam uma série de desafios significativos para conseguir implementar a Educação Inclusiva de maneira eficaz. Esses desafios incluem, por exemplo, a

escassez de infraestrutura adequada, a carência de formação específica para as/os educadoras/es e a falta de apoio psicológico e pedagógico. Por outro lado, há várias estratégias que têm sido adotadas e que têm contribuído para que crianças com deficiências possam receber o atendimento necessário. Entre essas estratégias, podemos destacar a formação de equipes de suporte colaborativo, as adaptações físicas feitas nos ambientes escolares, a realização de atividades extracurriculares que sejam inclusivas, bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas diversificadas e a aplicação de estratégias de adaptação curricular.

Outra estratégia é a criação de salas de recursos que serve como um espaço especializado para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecendo suporte e recursos para estudantes com deficiências, como visto no Centro de Ensino Infantil Diva Corvelo, localizado no município de Timbiras/MA.

O cenário observado no Brasil se distancia significativamente do que deveria ser idealmente estabelecido, dado que apenas uma minoria das escolas possui a capacidade necessária para atender adequadamente os alunos que apresentam deficiências. Essa inadequação se manifesta em diversas dimensões, como a oferta de recursos apropriados, a infraestrutura disponível e a formação profissional dos docentes, entre outras questões cruciais.

É fundamental destacar que o processo de inclusão vai muito além de simplesmente matricular um/a estudante na escola; há uma série de fatores importantes que precisam ser levados em conta. Entre esses fatores, destaca-se a necessidade de que a/o estudante receba um ensino da mesma qualidade que seus colegas, o que, por sua vez, exige a presença de profissionais altamente qualificadas/os para atender a essa demanda específica.

Concluimos com este estudo, retornando à questão de pesquisa que nos orientou. Conforme discutido, as escolas enfrentam uma série de desafios significativos para conseguir implementar a Educação Inclusiva de maneira eficaz. Esses desafios incluem, por exemplo, a escassez de infraestrutura adequada, a carência de formação específica para as/os educadoras/es e a falta de apoio psicológico e pedagógico que é essencial. Por outro lado, há várias estratégias que têm sido adotadas e que têm contribuído para que crianças com deficiências possam receber o atendimento necessário. Entre essas estratégias, podemos destacar a formação de equipes de suporte colaborativo, as adaptações físicas realizadas nos ambientes escolares, a realização de atividades extracurriculares que

sejam inclusivas, bem como o desenvolvimento de práticas pedagógicas diversificadas e a aplicação de estratégias para adaptação curricular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Novo Plano Nacional de Educação será foco do Senado em 2025**. Agência Senado. Brasília-DF, 2025. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/02/04/novo-plano-nacional-de-educacao-sera-foco-do-senado-em-2025>. Acesso em 10 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023**. Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 [...]. Brasília-DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm. Acesso em 11 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília-DF, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm. Acesso em 10 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília-DF, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 10 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva**: v. 3: a escola / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.076, de 1º de junho de 1999**. Cria, no âmbito do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília-DF, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3076.htm#:~:[...]. Acesso em 10 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 10 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília-DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 10 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973**. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e dá outras providências.

Brasília-DF, 1973. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

Brasília-DF, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l.htm.

Acesso em 10 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-DF, 1971. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em 10 maio 2025.

BRUCK, R. **A Inclusão no Ensino Regular**: Desafios e Possibilidades. São Paulo: Artmed, 2008.

BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho. Quem são os jovens do Ensino Médio? **Cadernos do Aplicação**, v. 34, nº 1, p. 13-46, jan./jun. 2021.

COELHO, W. L. R. **Educação Especial**. São Luís: UemaNet, 2011. 95 p.

DALCUL, A.; BERSELLI, M. Acessibilidade no ambiente escolar: problemas e desafios baseados na observação de escolas em Santa Maria/RS. **Revista Extensão em Foco Palotina**, n. 21, p. 1-17, ago./dez. 2020.

DEBESSE, M.; MIALARET, G. **Tratado das Ciências Pedagógicas**. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FERNANDES, W. P.; AQUINO, E. de C. **Movimentos sociais**: um apanhado geral de sua influência e sua importância para o serviço social. Curitiba: Intersaberes, 2016.

FERREIRA, G. A. Inclusão escolar: a importância da acessibilidade nas escolas para os deficientes visuais. IV Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Ciências. **Anais**. Campina Grande: Editora Realize, 2019.

FERREIRA, W. B. Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? **Revista da Educação Especial**, n. 40, pp. 40-46, outubro. 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 74. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, C. M. de. **Educação Inclusiva: Práticas Pedagógicas e Políticas Públicas**. Brasília: MEC/SEESP, 2013.

GALVÃO, N. C. S. **Tecnologias Assistivas e Educação Inclusiva**. São Paulo: Cortez, 2015.

GARCIA, E. S. **Trajetória escolar de ex-alunos de classes especiais para deficientes mentais**. Tese [Doutorado em Educação Escolar]. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar**. 2 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GREGUOL, Márcia; GOBBI, Erica; CARRARO, Attilio. Formação de ProFessores Para a educação esPecial: uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano. 4. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 19, n. 3, p. 307-324, Jul.-Set., 2013

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Cidades: **Timbiras**. 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/timbiras/panorama>. Acesso em: 18 jun. 2025.

JANNUZZI, G. S. M. **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3 ed. Campinas. São Paulo. 2012.

KLIEMANN, C. F.; TEIXEIRA, T. A.; MACHADO, S. A. Educação Inclusiva e direitos humanos: análise das perspectivas legislativas. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 21, p. 1-24 jan/dez 2024, e244981.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico social dos conteúdos**. 28 ed. São Paulo: Loyola, 1985.

LIMA, C. A. de S. Educação para o desenvolvimento econômico. Enciclopédia Jurídica da PUCSP. **Tomo Direito Econômico**, Edição 1, Março de 2024.

LIMA, R. S. et al. Educação Inclusiva: práticas e estratégias para garantir que alunos com necessidades especiais tenham acesso equitativo a educação. **Revista Foco** | v.17 n.9|e6163| p.01-15 |2024.

LIMA FILHO, J. M. de; FERREIRA, E. A. L. Novos caminhos da educação especial frente ao paradigma da Educação Inclusiva. In: BIÉ, E. F.; SILVA, M. S.; CUNHA JÚNIOR, H. (Orgs.). **Fazer educativo**. Volume 6: Inclusão: conceitos, paradigmas, respeito às diferenças e a diversidade. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O Que É? Por Quê? Como Fazer?** São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MARANHÃO. **Lei nº 11.569, de 19 de outubro de 2021.** Institui o Estatuto da Inclusão Social e Econômica das Pessoas com Deficiência do Estado do Maranhão e dá outras providências. São Luís-MA: 2021. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ma/lei-ordinaria-n-11569-2021-maranhao-institui-o-estatuto-da-inclusao-social-e-economica-das-pessoas-com-deficiencia-do-estado-do-maranhao-e-da-outras-providencias?r=p>. Acesso em: 12 juh. 2025.

MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 291/2002.** Estabelece normas para a Educação Especial na Educação Básica no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão. São Luís-MA: 2002. Disponível em: <https://conselhodeeducacao.ma.gov.br/files/2022/11/RESOLUCAO-2002-291.pdf>. Acesso em: 12 juh. 2025.

MARCHESI, Á. As Práticas das Escolas Inclusivas. In: _____. **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 32-48.

MARTINS, L. A. R.; et al. **Inclusão: compartilhando saberes.** 35. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 6ed. São Paulo: Cortez, 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A política educacional brasileira: entre a eficiência e a inclusão democrática. **Educação e Filosofia Uberlândia**, v. 28, n. especial, 2014.

PAN, M. A. G. de S. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e Educação Inclusiva.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

PIAGET, J. **A epistemologia genética.** 4 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

RAIÇA, D. Tecnologia e Educação Inclusiva. In: Raiça (Organizadora); Angela Salgado de A. Sandim... [et al.]. **Tecnologias para a Educação Inclusiva.** – São Paulo: Avercamp; 2008. Pág. (19-33)

SACRISTÁN, J.; GOMEZ, O. **Currículo uma reflexão sobre a prática.** 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SANCHEZ, P. A. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial**, São Paulo, p.17, set. 2005.

SANTOS, André Michel dos. **As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil**, 2011. Disponível em: <http://meuartigo.brasilescola.com/educacao/ascontribuicoes-servicosocial-para-realidade-escolar-.htm>. Acesso em: 01 jun 2025.

SANTOS, K. de F. **A sala de recurso e a inclusão de alunos com necessidades especiais em Mariana MG**. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação em Pedagogia]. Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2018.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Ética, educação e cidadania. **Philos - Revista Brasileira de Filosofia de 1º. Grau**, Florianópolis, v. 8, n.15, 2011.

SKLIAR, C. (Org) Uma perspectiva sócio histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: **Educação e exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

SILVA, E. R. G. da. **Uma análise da judicialização da educação superior no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia a partir de sua expansão em 2006**. Dissertação [Mestrado em Educação]. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2021.

SILVA, M. O. da S. e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SILVA, E. D. da; BIDÔ, A. B. Ferramentas Tecnológicas No Processo De Inclusão De Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais. IX Congresso Nacional de Educação. **Anais**. João Pessoa: Editora Realize, 2023.

SOUSA, Angélica S. de, *et al.* A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na educação: saberes e competências necessárias no fazer profissional**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, RN, 2008, 238f.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para Educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SZYMANSKI, Heloísa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VIGOTSKI, L. S. Obras Completas – Tomo Cinco: **Fundamentos de Defectologia**. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. 2. ed. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO À GESTORA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
QUESTIONÁRIO

Tema: Educação Inclusiva: desafios e estratégias para promover a inclusão de alunos com deficiências em ambientes educacionais.

Acadêmica: Rayane Seles dos Santos

1. A escola possui sala de recursos multifuncionais ou salas de recursos específicas para diferentes tipos de deficiência?
2. Há profissionais especializados em educação especial que atuam na escola?
3. A escola conta com materiais didáticos adaptados para atender às necessidades dos alunos com deficiência? Exemplifique.
4. A escola possui recursos de acessibilidade, como rampas e elevadores?
5. Os professores recebem formação continuada sobre educação especial e práticas inclusivas?
6. A escola promove a troca de experiências e a colaboração entre os professores de AEE e os professores das classes regulares?
7. A escola promove a participação dos alunos com deficiência em atividades extracurriculares?
8. A escola adapta o currículo para atender às necessidades individuais dos alunos?
9. A escola utiliza ferramentas tecnológicas para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem?

APÊNDICE B – TERMO DE CONCORDÂNCIA DO LOCAL DA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – CAMPUS CODÓ

TERMO DE CONCORDÂNCIA DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

Eu, Antônia, na qualidade de responsável pelo (a) Escola C.E.I Diva Corvelo, município de Timbiras, autorizo a realização da pesquisa de extensão intitulado “Educação Inclusiva: Desafios e estratégias para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais em ambientes educacionais”, a ser conduzido sob a responsabilidade da docente RAYANE SELES DOS SANTOS, matrícula: 2018052780. Estudante na Universidade Federal do Maranhão- CAMPOS CODÓ (UFMA), e declaro que esta instituição apresenta as condições necessárias à realização da referida pesquisa.

[Cidade], 10 de Julho de 2025.

Antônia Alves Medeiros
[NOME E FUNÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO]
[carimbo da Instituição]

CEI
DIVA CORVELO
I.P.E.

Antônia Alves Medeiros
[NOME E FUNÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO]
[carimbo da Instituição]

CEI
DIVA CORVELO
INEP: 21150532